

## COMUNICADO AEP

### ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2020

A AEP – Associação Empresarial de Portugal congratula-se que, nesta proposta de Orçamento de Estado, tenham sido contempladas algumas das medidas que apresentou ao Governo em novembro, no âmbito do documento da AEP “Estratégia para o Crescimento”.

Entre as medidas potenciadoras da atuação das empresas, que estão alinhadas com a estratégia que defendemos, sublinhamos as que se referem ao aumento de limite de aplicação da taxa de IRC reduzida para PME, à melhoria dos benefícios fiscais para o investimento no interior e para a dedução de lucros retidos e reinvestidos, aos novos incentivos à internacionalização, à descarbonização e ao desagravamento (ligeiro) da tributação autónoma sobre os veículos das empresas.

Destacamos, ainda, algumas medidas positivas dirigidas à valorização das pessoas (como sejam, as de estímulo à natalidade e à inserção de jovens no mercado de trabalho) e ao investimento público estruturante de suporte à conectividade internacional da economia.

A AEP enaltece também o esforço de consolidação das contas públicas, agora com a perspetiva de obtenção de um excedente orçamental em 2020 que, a verificar-se, será o primeiro desde o início da década de setenta, o que permitirá reforçar o percurso recente de redução do elevado peso da dívida pública no PIB.

Reafirmamos que esta trajetória é muito positiva, pelas implicações que representa ao nível da credibilidade e sustentabilidade das condições de financiamento da economia e das empresas portuguesas.

Contudo, a AEP reafirma a sua preocupação pelo facto de, nas opções apresentadas, mais uma vez a evolução positiva das contas públicas continuar a não ser suficientemente partilhada com as empresas, isto é, com quem tem fundamentalmente contribuído para a significativa melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho e para o conseqüente aumento das receitas fiscais e parafiscais, que permite, precisamente, alcançar o excedente orçamental previsto e manter o elevado peso da despesa pública no PIB.



Apesar de um conjunto de pequenas medidas positivas, como as acima referidas, não se vislumbra ainda neste orçamento uma estratégia clara e integrada de intervenção de políticas públicas naquilo que a AEP entende como principais desígnios para a melhoria da competitividade das empresas e para o crescimento económico sustentável, face a um contexto marcado por enormes desafios.

Não vislumbramos, nomeadamente, uma aposta clara no apoio à (re)qualificação dos recursos humanos, uma política laboral mais ajustada às reais necessidades das empresas nem um estímulo suficientemente forte e concertado para a dinamização do investimento privado e a promoção da internacionalização (bem como o respetivo financiamento), fatores cruciais para elevar o potencial de crescimento da economia.

Para além da concretização de um conjunto de medidas que não têm aplicação imediata – como é o caso dos novos incentivos à internacionalização – importa assegurar, sem mais adiamentos, a efetiva concretização de outras já anteriormente previstas, de que é exemplo o investimento público na ferrovia.

Em suma, sendo a elaboração orçamental um exercício de equilíbrios e de escolhas, consideramos ainda insuficiente a promoção de um ambiente favorável ao investimento empresarial privado, com vista à melhoria da produtividade, da competitividade e do crescimento sustentável do PIB.

Apesar do ritmo de crescimento previsto da economia portuguesa voltar a superar a média europeia, é ainda claramente insuficiente para nos aproximarmos com a rapidez necessária aos padrões europeus de nível de vida e desenvolvimento.

Infelizmente, não será ainda com este Orçamento de Estado que conseguiremos crescer muito mais e melhor.

O Conselho de Administração da AEP – Associação Empresarial de Portugal

Luís Miguel Ribeiro

Presidente